

FLEURY S.A.

2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 2ª Emissão de Debêntures da FLEURY S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br).

Atenciosamente,

**PENTÁGONO S.A. DTVM.**

\*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

## Características da Emissora

- Denominação Social: FLEURY S.A.
- CNPJ/MF: 60.840.055/0001-31
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto
- Atividades: (i) a prestação de serviços médicos e medicina diagnóstica, (ii) a consultoria, assessoria, cursos e palestras na área da saúde, bem como a prestação de serviços que visem a promoção de saúde e a gestão de doenças crônicas, (iii) a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico na área da medicina; (iv) a prestação a terceiros de serviços que importem na utilização da capacidade disponível do seu cabedal, representado por conhecimentos, técnicas, equipamentos, máquinas e demais meios de realização de suas atividades. As atividades realizadas pela Companhia têm por objetivo a criação de condições adequadas para o bom desempenho da profissão médica, além de pugnar pela pesquisa e estudos, visando ao progresso científico da medicina. A Companhia poderá, ainda, participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

## Características da Emissão

- Emissão: 2ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 15/02/2013
- Data de Vencimento: 15/02/2020
- Banco Escriturador/Mandatário: Banco Bradesco S.A.
- Código Cetip/ISIN: FLRY12/ BRFLRYDBS023
- Coordenador Líder: Banco Bradesco BBI S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio da Emissão serão destinados ao reforço de caixa da Emissora para financiamento de parte de seus investimentos e de aquisições nos próximos anos.

- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.
1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações.
  2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve alterações estatutárias no período.
  3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- ➔ Atividade Principal: 86.40-2-02 - Laboratórios clínicos
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- ➔ Liquidez Geral: de 0,80 em 2015 para 0,68 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 2,71 em 2015 para 2,28 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 2,67 em 2015 para 2,20 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: manteve-se em 0,03 em 2015 e 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 9,4% de 2015 para 2016. O Índice de

Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido apresentou aumento de 2,3% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou aumento de 9,9% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Exigível a Longo Prazo uma redução de 6,2% de 2015 para 2016 e uma variação positiva no índice de endividamento de 1,2% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100% do DI + 0,85% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Juros:

15/02/2016 – R\$ 710,752800

15/08/2016 – R\$ 734,455670

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 50.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 50.000

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;

- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
  - Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices financeiros elencados no item 5.1, alínea “n” da Escritura de Emissão.

- (i) Dívida Financeira Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 (três) vezes:

<b>(i) Dívida Financeira Líquida/EBITDA</b>	<b>0.9x</b>
<b>Dívida Financeira Líquida</b>	<b>433,200</b>
<b>(+) Dívida Financeira</b>	<b>840,010</b>
(+) Debêntures	728,460
(+) Empréstimos e financiamentos	103,561
(+) Contas a pagar - aquisição de empresas	7,989
<b>(-) Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(406,810)</b>
<b>EBITDA</b>	<b>490,367</b>
(=) Lucro Líquido	228,749
(-) Resultado Financeiro	(44,479)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(65,627)
(-) Depreciação e Amortização de Ágio	(145,353)
(-) Provisão para riscos tributários, trabalhistas e civis	(6,159)

(ii) EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,5 (um vírgula cinco) vezes:

<b>(ii) EBITDA/Despesa Financeira Líquida</b>		<b>11.0x</b>
<b>EBITDA</b>		<b>490,367</b>
(=) Lucro Líquido		228,749
(-) Resultado Financeiro		(44,479)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social		(65,627)
(-) Depreciação e Amortização de Ágio		(145,353)
(-) Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis		(6,159)
<b>Despesa Financeira Líquida</b>		<b>44,479</b>
(+) Despesas financeiras		152,075
(-) Receitas financeiras		(107,596)

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

(i) Denominação da companhia ofertante: **FLEURY S.A.**

- Emissão: 1ª.
- Valor da emissão: R\$ 450.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: (i) 1ª. Série: 15.000; e (ii) 2ª. Série: 30.000;
- Espécie: quirografária;
- Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª. Série: 12/12/2016; e (ii) 2ª. Série: 12/12/2018;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

→ 1ª Série:

Amortização:

12/12/2016 – R\$ 3.333,340000 (vencimento)

Juros:

12/06/2016 – R\$ 238,427856

12/12/2016 – R\$ 243,110956

→ 2ª Série:

Amortização:

12/12/2016 – R\$ 3.333,333333

Juros:

13/06/2016 – R\$ 728,744850

12/12/2016 – R\$ 743,140750

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

**PENTÁGONO S.A. DTVM**



## DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

**Anexo 1**
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO**  
**(Em milhares de Reais - R\$)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> <u>(reclassificado)</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> <u>(reclassificado)</u>
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	310.500	514.171	313.834	514.886
Títulos e valores mobiliários	5	92.641	114.642	92.976	114.642
Contas a receber	7	397.104	391.184	403.041	397.521
Estoques	8	31.598	16.406	31.598	16.406
Impostos a recuperar	9	66.195	74.005	66.745	74.913
Outros ativos		25.030	14.081	25.031	14.081
<b>Total Circulante</b>		<b>923.068</b>	<b>1.124.489</b>	<b>933.225</b>	<b>1.132.449</b>
<b>Não Circulante</b>					
Impostos a recuperar	9	-	14.758	-	14.758
Depósitos judiciais	10	42.631	42.236	42.634	42.238
Créditos a receber	11	11.470	31.052	11.470	31.052
Outros ativos		15.596	19.205	15.596	19.205
Investimentos	12	29.293	28.542	8.762	7.634
Imobilizado	13	470.409	441.139	470.409	443.183
Intangível	14	1.511.025	1.500.334	1.523.724	1.513.717
<b>Total Não Circulante</b>		<b>2.080.424</b>	<b>2.077.266</b>	<b>2.072.595</b>	<b>2.071.787</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>3.003.492</b>	<b>3.201.755</b>	<b>3.005.820</b>	<b>3.204.236</b>

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
			(reclassificado)		(reclassificado)
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Financiamentos	15	19.532	9.080	19.532	9.080
Debêntures	16	128.460	179.343	128.460	179.343
Instrumentos financeiros derivativos	6	252	-	252	-
Fornecedores	17	142.128	103.682	143.050	104.517
Salários e encargos a recolher	18	93.246	83.890	93.246	83.890
Impostos e contribuições a recolher	19	23.206	24.760	24.304	25.124
Contas a pagar - aquisição de empresas	20	243	4.616	243	4.616
Dividendos a pagar		14	10.603	14	10.603
Outras contas a pagar		14	660	81	724
<b>Total Passivo circulante</b>		<b>407.095</b>	<b>416.634</b>	<b>409.182</b>	<b>417.897</b>
<b>Não Circulante</b>					
Financiamentos	15	84.029	101.604	84.029	101.604
Debêntures	16	600.000	700.000	600.000	700.000
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	21	289.991	240.450	290.232	240.951
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	22	34.107	33.759	34.107	33.759
Impostos e contribuições a recolher	19	44.798	48.095	44.798	48.095
Contas a pagar - aquisição de empresas	20	7.747	5.774	7.747	6.491
<b>Total Não Circulante</b>		<b>1.060.672</b>	<b>1.129.682</b>	<b>1.060.913</b>	<b>1.130.900</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	25a	1.400.453	1.379.747	1.400.453	1.379.747
Reserva de capital - opções outorgadas reconhecidas		9.412	5.709	9.412	5.709
Reserva de reavaliação		77	242	77	242
Reserva legal		54.650	43.213	54.650	43.213
Reserva para investimentos		-	215.762	-	215.762
Dividendo adicional proposto	25b	71.133	10.766	71.133	10.766
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.535.725</b>	<b>1.655.439</b>	<b>1.535.725</b>	<b>1.655.439</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.003.492</b>	<b>3.201.755</b>	<b>3.005.820</b>	<b>3.204.236</b>

## Anexo 2

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> <u>(reclassificado)</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> <u>(reclassificado)</u>
<b>Receita de prestação de serviços</b>	27	<b>2.084.618</b>	<b>1.886.115</b>	<b>2.096.113</b>	<b>1.894.960</b>
Custo dos serviços prestados	28	(1.481.810)	(1.380.408)	(1.495.062)	(1.392.074)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>602.808</b>	<b>505.707</b>	<b>601.051</b>	<b>502.886</b>
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	29	(243.316)	(222.203)	(243.317)	(222.211)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	(14.014)	(37.629)	(13.839)	(37.686)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	22	(6.159)	(7.467)	(6.159)	(7.467)
Equivalência patrimonial	12	539	(2.421)	1.119	117
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>339.858</b>	<b>235.987</b>	<b>338.855</b>	<b>235.639</b>
Receitas financeiras	31	106.996	84.510	108.368	85.308
Despesas financeiras	31	(152.218)	(147.730)	(152.847)	(148.467)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(45.222)</b>	<b>(63.220)</b>	<b>(44.479)</b>	<b>(63.159)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>294.636</b>	<b>172.767</b>	<b>294.376</b>	<b>172.480</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	21	(16.346)	(15.855)	(16.346)	(15.855)
Diferido	21	(49.541)	(49.569)	(49.281)	(49.282)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>228.749</b>	<b>107.343</b>	<b>228.749</b>	<b>107.343</b>
<b>Lucro por ação atribuível aos acionistas da sociedade</b>					
Lucro básico por ação (média ponderada)	32	1,46	0,69	1,46	0,69
Lucro diluído por ação (média ponderada)	32	1,44	0,68	1,44	0,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Anexo 3

### **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas do  
Fleury S.A.  
São Paulo - SP

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do Fleury S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Fleury S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

#### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



#### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**1. Valor recuperável do ágio por rentabilidade futura - Controladora e Consolidado (Nota explicativa 14)**

Em 31 de dezembro de 2016 as demonstrações financeiras da Companhia incluíam ágio decorrente de aquisição de investimentos, cujo valor recuperável tem de ser analisado anualmente e cuja recuperabilidade está fundamentada na expectativa de lucros futuros estimados. A Companhia avalia anualmente a probabilidade da ocorrência desses lucros futuros bem como as premissas que os determinam, tais como a rentabilidade das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), as taxas de crescimento dos negócios, as projeções de fluxo de caixa e as respectivas taxas de descontos aplicadas sobre os fluxos financeiros esperados base para os estudos de imparidade. Devido à relevância e características inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxo de caixa futuros e suas premissas, que são a base para a avaliação do valor recuperável do ágio, ao alto grau de julgamento inerentes à determinação dessas estimativas que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

#### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Avaliamos os controles internos relacionados com a preparação e revisão dos estudos técnicos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas da Companhia, especialmente as relativas ao crescimento das receitas, margens de lucro e taxas de descontos aplicadas nos fluxos de caixa descontados e comparamos as premissas da Companhia com dados obtidos, quando disponíveis, de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos dos serviços prestados e as taxas de desconto. Comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados com o valor de mercado da Companhia determinado com base em suas ações negociadas publicamente, para fins de avaliação da razoabilidade desses fluxos de caixa. Também efetuamos a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos nos estudos e avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

**2. Reconhecimento da receita - Controladora e Consolidado**

As receitas da Companhia são oriundas de prestação de serviços e o reconhecimento é efetuado com base nos serviços realizados até à data do balanço, para os quais é necessário determinar de forma apropriada o montante da receita a ser reconhecido, considerando os serviços prestados e faturados e também aqueles prestados mas ainda não faturados. Devido à relevância da transação, incluindo a mensuração das receitas a faturar, que pode impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

#### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho, implementação e testes de efetividade operacional dos controles sobre o processo e adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia de reconhecimento de receita, especificamente os relacionados ao faturamento dos serviços prestados e à mensuração dos serviços prestados e ainda não faturados (receitas a faturar). Comparamos os

relatórios de faturamento e de exames realizados com o saldo contábil de receita reconhecida nas demonstrações financeiras. Além disso, avaliamos a existência de tendências não usuais que poderiam indicar erros materiais no reconhecimento da receita e consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

**3. *Perdas estimadas com glosas e créditos de liquidação duvidosa - Controladora e Consolidado (Nota explicativa 7)***

A Companhia revisa periodicamente sua posição de perdas e glosas e créditos de liquidação duvidosa de contas a receber com o objetivo de estimar a necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável. Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de determinação das estimativas relacionadas à mensuração das perdas estimadas com glosas e créditos de liquidação duvidosa da Companhia e do impacto que eventuais mudanças nas premissas e estimativas utilizadas na mensuração destas provisões teriam sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

*Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Avaliamos os controles internos relacionados a glosas de planos de saúde, bem como os controles relacionados para a mensuração das perdas estimadas com glosas e créditos de liquidação duvidosa e sua aderência às políticas contábeis da Companhia e efetuamos testes, em base amostral, comparando-as com as documentações suporte. Avaliamos ainda as premissas aplicadas pela Companhia na determinação dos percentuais para o cálculo das perdas estimadas com glosas e créditos de liquidação duvidosa tendo por base as particularidades inerentes aos perfis dos clientes segregados entre particular e plano de saúde. Consideramos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

**Outros assuntos**

*Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

*Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente*

O exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparados originalmente antes dos ajustes, descritos na nota 2.16, em função dos efeitos da consolidação dos fundos exclusivos e reclassificação dos títulos públicos de caixa e equivalente de caixa para títulos e valores mobiliários e reclassificação dos juros apropriados sobre aplicações financeiras e dividendos recebidos da atividade de financiamento para atividade de investimento, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 3 de março de 2016.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 examinamos as reclassificações nos valores correspondentes do balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demonstração dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

##### ***Relatório da administração***

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

##### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

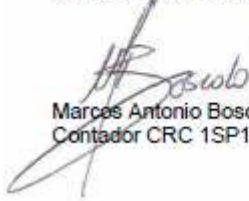
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Marcelo Antonio Boscolo  
Contador CRC 1SP198789/O-0